

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DE WALD, ANTUNES, VITA E BLATTNER ADVOGADOS

A Política de Privacidade e Proteção de Dados (“Política”) do escritório Wald, Antunes, Vita e Blattner Advogados (“WALD” ou “Escritório”) aplica-se a todos os indivíduos (pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado) que, de alguma forma, tenham seus dados pessoais tratados pelo Escritório, por meio da utilização de seu site, de seus serviços, de inscrições em seus eventos, da candidatura a uma vaga e/ou da oferta de prestação de serviços, dentre outros.

Esta Política deve ser observada com a máxima atenção, uma vez que tem por fundamento os direitos de liberdade e de privacidade, o livre desenvolvimento da personalidade, a liberdade de expressão, a inviabilidade da honra e imagem, a dignidade e o exercício da cidadania.

1. PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS:

Esta Política apresenta informações sobre coleta, uso, retenção, transferência e revelação de dados pessoais, dentre outras questões importantes, e explica como e para quais finalidades os dados são solicitados.

Os dados pessoais serão tratados em conformidade com as atuais legislações aplicáveis de privacidade e proteção de dados, incluindo, mas não se limitando, à Lei n^o 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - “LGPD”).

Devem ser observadas, igualmente, as normas relativas ao sigilo profissional do advogado, tais como as contidas no Estatuto da Advocacia e da OAB e no Código de Ética e Disciplina da OAB.

2. DADO PESSOAL:

Dado pessoal é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

São dados pessoais, por exemplo, o nome, o CPF, o RG, o endereço, o número de telefone, a data de nascimento, as informações de conta bancária, outros tipos de identificação eletrônica, na medida em que podem ser conectados a uma pessoa natural.

Dado pessoal sensível é o dado sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.

A pessoa natural a quem se referem os dados pessoais é chamada de **titular**. **Controlador** é a pessoa a quem competem as decisões referentes ao tratamento dos dados pessoais e **Operador** é a pessoa que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. Em conjunto, controlador e operador são chamados de **Agentes de Tratamento**.

3. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS:

Tratamento de dados diz respeito a toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O Escritório se compromete a tratar os dados pessoais observando a boa-fé, bem como os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

4. TIPO E FONTE DE DADOS:

O Escritório poderá coletar dados pessoais dos titulares, tais como:

- Nome completo / nome da empresa;
- CPF;
- RG;
- Número da OAB;
- Data de nascimento;
- Escolaridade;
- Número do celular;
- Número de telefone;
- Endereço de e-mail;
- Informações de conta bancária/de pagamento;
- Título de Eleitor;
- Inscrição no INSS; e
- Endereço.

Em regra, o Escritório coleta tais dados pessoais quando o titular os fornece ou autoriza a sua obtenção através de terceiros. Em alguns casos é possível obtê-los de forma independente, utilizando fontes públicas.

5. BASES LEGAIS E FINALIDADES PARA O TRATAMENTO:

O Escritório coleta os dados pessoais de um titular, dentre outras finalidades, para atender ao seu objeto social e viabilizar o seu relacionamento com esse titular ou com terceiros com os quais o titular esteja em negociações ou em litígio. O tratamento será realizado a partir da utilização de uma base legal para isso. Bases legais incluem: (i) consentimento (quando o titular dá seu consentimento por escrito); (ii) contrato (quando o tratamento é necessário

para celebrar ou executar um contrato com o titular); (iii) o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória pelo Escritório; (iv) exercício de direitos do Escritório; e (v) legítimos interesses do Escritório enquanto controlador, ou interesses legítimos do controlador ou de terceiros, quando formos operadores, conforme a legislação aplicável.

Eventualmente e com o consentimento do titular, o Escritório poderá utilizar seus dados pessoais como referência de seus serviços em publicações jurídicas nacionais e internacionais.

Caso o tratamento de dados pessoais é realizado com base no consentimento, o titular tem o direito de revogar o seu consentimento a qualquer tempo, o que não afetará a legalidade do tratamento baseado no seu consentimento antes da revogação ou a legalidade do tratamento baseado em outras hipóteses legais.

O Escritório poderá tratar os dados pessoais do titular com base em legítimos interesses desde que prevaleçam seus direitos e liberdades fundamentais. Se aplicável, o Escritório tratará os dados pessoais com base no seu legítimo interesse para garantir a qualidade e continuidade dos seus serviços, para aprimorá-los, bem como para o apoio, realização e promoção de suas atividades.

6. TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS:

O Escritório também poderá tratar dados sensíveis no âmbito das finalidades descritas nesta Política, como, por exemplo, nos casos de identificação biométrica para ingresso no escritório, nos casos em que dados sensíveis sejam tratados no âmbito da prestação de nossos serviços em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, ou em consultas ou outros serviços jurídicos.

O tratamento desses dados será restrito e o Escritório só o utilizará em uma ou mais das seguintes hipóteses legais:

- Cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias por nós enquanto controladores ou pelo controlador, quando formos operadores;
- Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral; e
- Garantia da prevenção à fraude e à sua segurança, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados na legislação aplicável e nessa Política e exceto no caso de prevalecerem seus direitos e liberdades fundamentais que exijam a proteção dos dados pessoais.

O Escritório poderá tratar dados sensíveis com base no consentimento livre, específico, informado e inequívoco do titular, que tem o direito de revogar o seu consentimento a qualquer tempo, o que não afetará a legalidade do tratamento baseado no seu consentimento antes da revogação ou a legalidade do tratamento baseado em hipóteses legais.

7. CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

De acordo com a LGPD, quando o titular for menor de idade, é imprescindível obter o consentimento inequívoco de um dos pais ou responsáveis e se ater a pedir apenas o conteúdo estritamente necessário para a atividade econômica ou governamental em questão, e não repassar nada a terceiros. Sempre que o Escritório tomar ciência de que dados pessoais de uma criança precisam ser tratados, irá garantir que haja consentimento de um dos pais ou responsáveis.

8. COOKIES E OUTRAS TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO:

Cookies são arquivos de texto colocados no computador por meio de um site ou dispositivo, para coletar informações-padrão de registro na Internet. No site do Escritório o uso do cookies serve para salvar informações de preferência dos visitantes e medir a audiência por meio do Google Analytics (utilizado para compilar relatórios estatísticos sobre as atividades do site).

O titular poderá configurar seu navegador ou dispositivo para não aceitar cookies. No entanto, em alguns casos, alguns sites e/ou recursos podem não funcionar como resultado disso. Alguns navegadores fornecem configurações que permitem controlar ou rejeitar cookies ou incluir alertas para quando um cookie é colocado no seu computador.

9. SITES DE TERCEIROS:

No site do Escritório podem conter links para sites de terceiros que não são controlados pelo Escritório. Ao visitar esses sites ou fazer uso de alguns serviços neles disponibilizados, o Escritório esclarece que essa Política não se aplica ao tratamento de dados por terceiros, e recomenda que se analise criteriosamente como esses terceiros tratam os dados pessoais antes de utilizar seus sites, aplicativos ou serviços.

10. PERÍODO DE RETENÇÃO:

Os dados pessoais dos titulares serão tratados e armazenados:

- pelo tempo necessário para realizar as finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados;
- Obedecendo os períodos de armazenamento exigidos pela legislação aplicável; ou
- até o titular revogar seu consentimento para o tratamento/armazenamento de dados pessoais, conforme aplicável.

O Escritório reterá os dados pessoais do titular para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias. Também reterá dados pessoais por períodos mais longos do que o exigido por lei se for de seu interesse legítimo (ou para proteção de seus direitos) e não for proibido por lei. O Escritório poderá adotar medidas para anonimizar dados pessoais e outras informações, mas se reserva no direito de reter e acessar os dados que estiverem arquivados em nossos sistemas de backup e suporte (desde que devidamente protegidos), e também pelo tempo necessário para cumprir as leis e regulamentos aplicáveis. O uso e revelação de tais dados pessoais sempre serão realizados de acordo com esta Política.

11. TRANSFERÊNCIA DE DADOS:

O Escritório poderá compartilhar os dados pessoais e outras informações com terceiros para as finalidades descritas nesta Política. Tais terceiros incluem repartições públicas, instituições financeiras, publicações jurídicas, prestadores de serviços do escritório (tais como firmas paralegais, firmas de tradução, escritórios de contabilidade, plataformas de serviços de tecnologia, serviços de courier, consultorias especializadas, agências de marketing, dentre outros) e outros terceiros.

Sempre que possível, celebrará um contrato de tratamento de dados pessoais (*data processing agreement*) com os fornecedores e/ou prestadores de serviços terceiros que tiverem acesso a seus dados pessoais, para que tais terceiros garantam um nível de proteção de dados compatível com o previsto nesta Política.

Além disso, os dados pessoais podem, ocasionalmente, ser transferidos para o exterior no âmbito das finalidades de tratamento descritas nesta Política, de acordo com a legislação aplicável, com a adoção de todas as salvaguardas e medidas de segurança apropriadas para garantir um nível adequado de segurança e proteção de dados. Apenas serão transferidos os dados pessoais internacionalmente (i) para países que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na legislação aplicável; ou com base (ii) com o consentimento do titular, (iii) em um contrato firmado com o titular ou (iv) no cumprimento de uma obrigação legal. Dentre outros casos de transferência internacional de dados, os softwares e aplicativos (todos com altíssimo grau de segurança) utilizados pelo Escritório também podem, eventualmente, armazenar dados fora do Brasil.

12. MÉTODOS DE TRATAMENTO:

Os dados pessoais serão tratados por meios eletrônicos, automatizados por meio de ferramentas computadorizadas ou manualmente. Em alguns casos o Escritório poderá se utilizar de cópia impressa. Em todos os casos o Escritório garantirá a segurança e a confidencialidade das informações, por meio de medidas adequadas a impedir a alteração, cancelamento, destruição, acesso ou tratamento não autorizados ou qualquer tratamento que não esteja em consonância com a finalidade da coleta. Ressalta-se que os dados serão tratados por pessoal devidamente autorizado.

13. SEGURANÇA E INTEGRIDADE:

As medidas de segurança, tanto técnicas quanto administrativas, foram desenvolvidas pelo Escritório para fornecer proteção aos dados dos titulares, contra perda, uso inadequado, acesso e revelação não autorizados. As medidas de segurança incluem firewalls, criptografia de dados, controles de acesso físico aos nossos centros de dados e controles de autorização de acesso à informação. As ferramentas utilizadas pelo Escritório para garantir a segurança e a integridade dos dados são altamente confiáveis.

14. SEUS DIREITOS:

Ressalvadas as normas legais e éticas relativas ao sigilo profissional do advogado, quando o Escritório figurar como controlador de dados, o titular poderá exercer certos direitos elencados no artigo 18 da LGPD, quais sejam:

- Acessar seus dados pessoais;
- Solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

- Solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- Solicitar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Solicitar a eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento, exceto nas hipóteses previstas nesta Política e no artigo 16 da LGPD;
- Solicitar informação das autoridades públicas e privadas com as quais o Escritório realizou uso compartilhado de dados;
- Obter informações sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e
- Revogar o seu consentimento, nos termos do § 5º do artigo 8º da LGPD.

O exercício de qualquer desses direitos não afetará a legalidade de qualquer tratamento de dados realizado antes do exercício de tal direito.

Caso o titular possua quaisquer solicitações relacionadas a seus dados pessoais ou se quiser exercer algum de seus direitos, por favor contate o Escritório através do e-mail contato@wald.com.br.

15. ADEQUAÇÕES A ESTA POLÍTICA:

O Escritório WALD está atento às alterações legislativas e jurisprudenciais envolvendo a LGPD e em constante trabalho para adequar seus serviços conforme seus termos. Nenhum direito será reduzido dos titulares de dados e, caso sejam exigidas alterações significativas na base de dados, o Escritório emitirá um comunicado em seu site avisando das alterações, na hipótese de a legislação aplicável assim exigir.

Esta Política está em vigor desde janeiro de 2021 e será revisada anualmente.